

ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA DE DADOS APLICADA A POLÍTICAS PÚBLICAS

D.3 – Políticas Públicas baseadas em Evidências

Professor:	Natália Massaco Koga e Bruno Couto
Período:	03/08/2021 a 17/08/2021
Horário:	9h às 12h e 14h30 às 17h30
Carga Horária:	18 horas

Objetivo de Aprendizagem

- Conhecer as origens e debate recente em torno do movimento das Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBE) na literatura internacional e nacional;
- Aprender sobre os principais métodos e técnicas de produção e prospecção de evidências;
- Ter a experiência de produção de uma “resposta rápida” para políticas públicas;
- Analisar criticamente as potencialidades e limites da PPBE a partir de casos concretos, retirados de estudos empíricos e da vivência dos próprios participantes.

Ementa

A disciplina busca apresentar e debater junto aos participantes os principais temas da literatura recente sobre Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBE) com o objetivo de desenvolver uma perspectiva crítica acerca das contribuições e limites da PPBE. Incentivando o diálogo entre teoria e prática, a disciplina espera trazer mais elementos e ferramentas analíticas para aprimorar a capacidade e competência profissional dos participantes na análise e avaliação de Políticas Públicas.

Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas em ambiente online;
- Atividades de debate com toda a turma, principalmente através da aproximação do tema da aula com a realidade profissional dos participantes;
- Dinâmicas de interação em grupos (divididos em salas virtuais) para realização de discussões, produção de materiais relativos ao tema da aula, bem como produção do trabalho final da disciplina (“resposta rápida”).

Avaliação da Aprendizagem

- i. Participação individual nas aulas e nas atividades propostas (30% da nota);
- ii. Produção em grupo de diagnóstico sobre o tema da PPBE a partir das experiências profissionais dos participantes (20% da nota);
- iii. Produção em grupo de uma “resposta rápida” sobre a área temática dos respectivos projetos de TCC (50% da nota).

PLANO DE AULA

Aula 1 (03/08, manhã)

1. Conceito e significados de evidência
 - a. Tipos de informação e evidência
 - b. Evidência no campo de políticas públicas
2. Movimento das Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBE)
 - a. Histórico no mundo
 - b. Contexto brasileiro

Aula 2 (03/08, tarde)

1. Métodos de produção de evidências
2. Métodos de prospecção e síntese de evidências
 - a. Revisão sistemática e meta-análise
 - b. Respostas rápidas
 - c. Mapas de evidências

Aula 3 (10/08, manhã)

1. Produção e uso de evidências nos estudos de políticas públicas
 - a. Policy analysis, policy work e policy capacity
 - b. Produtores e consumidores de evidência
2. Duas comunidades e knowledge-brokers

Aula 4 (10/08, tarde)

1. Comunicação de evidências
2. Principais técnicas e produtos
 - a. Sínteses de evidências para políticas/“policy briefs”
 - b. Diálogos deliberativos

Aula 5 (17/08, manhã)

1. Tipos de usos e (não usos) de evidências
2. Estudos de casos empíricos

Aula 6 (17/08, tarde)

1. Potencialidades, limites e dificuldades da PPBE

Bibliografia Básica

- DAVIES, H. T. O.; NUTLEY, S.; SMITH, P. **What Works? Evidence-Based Policy and Practice in Public Services**. Bristol: The Policy Press, 2000. (Capítulo 1).
- FRENCH, R. Is It Time to Give up on Evidence-Based Policy? Four Answers. **Policy & Politics**, v.47, n.1, pp.151–68, 2019.
- PINHEIRO, M. Políticas públicas baseadas em evidências: uma avaliação crítica. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n.24, pp. 17-28, 2020.
- VALENTINE, J. Using Systematic Reviews and Meta-Analyses to Inform Public Policy Decisions. **Nationalacademies.org**, 2016.
- TRICCO, A.C.; LANGLOIS, E.V.; STRAUS, S.E. **Rapid reviews to strengthen health policy and systems: a practical guide**. Geneva: World Health Organization, 2017. (Capítulos 1 e 2).
- CAIRNEY, P.; OLIVER, K.; WELLSTEAD, A. To Bridge the Divide between Evidence and Policy: Reduce Ambiguity as Much as Uncertainty. **Public Administration Review**, v.76,n.3, pp.399-402, 2016.
- OLIVER, K. et al. A Systematic Review of Barriers to and Facilitators of the Use of Evidence by Policymakers. **BMC Health Services Research**, v.14, n.1, 2014.
- WEISS, C. H. The Many Meanings of Research Utilization. **Public Administration Review**, v.39, n.5, pp. 426–31, 2014.

Bibliografia Complementar

- BOLAND, A.; CHERRY, M.; DICKSON, R. **Doing a systematic review: a student's guide**. Los Angeles: Sage, 2017.
- CAIRNEY, P. **The politics of evidence-based policy making**. Londres: Springer, 2016.
- CAPLAN, N. The Two-Communities Theory and Knowledge Utilization. **American Behavioral Scientist**, v. 22, n.3, pp.459–470, 1979.
- DAVIES, H. T. O.; NUTLEY, S.; SMITH, P. **What Works? Evidence-Based Policy and Practice in Public Services**. Bristol: The Policy Press, 2000.
- DE SOUZA LEÃO, L.; EYAL, G. The rise of randomized controlled trials (RCTs) in international development in historical perspective. **Theory and Society**, v.48, n.3, pp.383-418, 2019.
- HJORT, J. et al. How Research Affects Policy: Experimental Evidence from 2,150 Brazilian Municipalities. **American Economic Review**. No prelo.
- KOGA, N. M. et al. O que informa as políticas públicas federais: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **Texto para Discussão nº 2619**, dezembro de 2020.
- LAVIS, J. et al. **Preparing and Using Policy Briefs to Support Evidence-Informed Policymaking**. Health research policy and systems/BioMed Central, STP13, 2009.
- PARKHURST, J. **The politics of evidence: from evidence-based policy to the good governance of evidence**. London: Routledge, 2017.
- PINHEIRO, M. et al. Uso de evidências em políticas públicas federais. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n.24, 2020.
- SARAN, A; WHITE, H. **Evidence and gap maps: a comparison of different approaches**. Oslo: The Campbell Collaboration, 2018.

- TRICCO, A.C.; LANGLOIS, E.V.; STRAUS, S.E. **Rapid reviews to strengthen health policy and systems: a practical guide**. Geneva: World Health Organization, 2017.

Docente (minicurrículo)

Natália Massaco Koga

Doutora em Ciência Política pela University of Westminster/Reino Unido, mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP e Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Economia desde 2003. Atualmente atua como pesquisadora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, conduzindo a pesquisa “O que informa as políticas públicas: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira”. É professora do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Pesquisa e tem interesse em estudos sobre burocracia, políticas públicas baseadas em evidências, capacidades estatais, relação entre Estado e sociedade civil e democracia. Teve experiência profissional como gestora federal no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério de Minas e Energia (MME).

Bruno Gontyjo do Couto

Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL-UnB), com estágio de doutorado sanduíche no programa de Latin American Studies do Lozano Long Institute da University of Texas at Austin (LLILAS, UT-Austin). Mestre em Sociologia e graduado em Sociologia (Bacharel) também pela UnB. Foi professor substituto (2020) e professor voluntário (2016-2017) no Departamento de Sociologia da UnB. Atualmente é Pesquisador Doutor no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), onde atua em projetos de avaliação de capacidades estatais e implementação da abordagem das políticas públicas baseadas em evidências. Tem experiência profissional nas áreas de avaliação e monitoramento de políticas sociais, de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre Estado e políticas públicas, entre outras.